

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A - FOTE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Regulatórias, que descreve a base de preparação e apresentação dessas Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas Demonstrações Contábeis Regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 13, em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (Covid-19), instaurada no âmbito mundial, no ano de 2020, diversas paralisações estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. Diante disso, conforme

Decreto Estadual número 515 de 17/03/2020, a Companhia paralisou as obras por 7 dias, retomando as atividades das obras em 25/03/2020 liberada pela portaria GAB/SES 191/2020. Devido ao atual cenário, os fornecedores responsáveis pela execução da obra, estão com dificuldade na contratação de mão de obra e fornecimento de material e insumos, com algumas fábricas de materiais com produção em somente 50% de pessoal e capacidade produtiva, fornecedores de insumos com pessoal em 50% ou menos, sendo que estes fatores estão refletindo negativamente a evolução da obra. Nossa conclusão não está ressalvada quanto a este tema.

Outros Assuntos

A Companhia preparou um conjunto de Demonstrações Contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 27 de fevereiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas Demonstrações Contábeis Regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

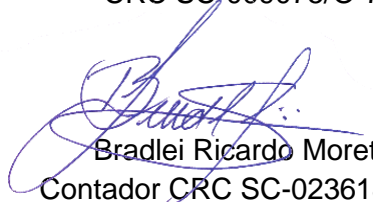
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 06 de julho de 2020.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7



Bradley Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

31 de dezembro de 2019

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A - FOTE

Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2019

Índice

Demonstrações contábeis regulatórias auditadas

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultados do exercício.....	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias.....	7

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
CNPJ: 19.438.891/0001-90
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2019	2018	Passivo	Notas	2019	2018
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.173	1.273	Fornecedores	7	688	21.257
Concessionárias e permissionárias	5	1.760	1.221	Obrigações sociais e trabalhista		100	100
Tributos Compensáveis		2	1	Tributos		890	818
Despesas Pagas Antecipadamente	14	402	464	Encargos setoriais		134	80
Estoque		4	428	Outros passivos Circulante		83	630
Outros ativos circulantes		5	-				
		24.346	3.387			1.897	22.885
Ativos de operações descontinuadas				Passivos de operações descontinuadas			
Bens destinados a alienação				Passivo não circulante		-	-
Ativo não circulante							
Imobilizado	6	203.060	161.969	Total do Passivo		1.895	22.885
Intangível	6	8.135	6.573				
Provisão para redução à valor recuperável	6	(9.268)	-	Patrimônio Líquido			
		201.927	168.542	Capital Social	8a	153.825	128.325
				Recursos destinados a aumento de capital	8b	81.010	25.510
				Lucros ou Prejuízos acumulados		(10.457)	(4.791)
				Total do Patrimônio Líquido		224.378	149.044
Total do Ativo		226.273	171.929	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		226.273	171.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE**CNPJ: 19.438.891/0001-90****Demonstração do resultado dos exercícios em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações em continuidade		13.282	10.974
Receita / Ingresso			
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	10	13.282	10.974
Tributos		(1.198)	(985)
PIS		(214)	(176)
COFINS		(984)	(809)
Encargos - Parcela "A"		(165)	(132)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(115)	(95)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(50)	(37)
Receita líquida / Ingresso líquido		11.919	9.857
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Custo operacional e manutenção	11	(4.773)	(3.355)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		7.146	6.502
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(11.421)	(2.537)
Pessoal e administradores	9-11	(1.029)	(1.085)
Serviços de terceiros	11	(1.105)	(1.426)
Tributos	11	(19)	(26)
Outros	6	(9.268)	-
Resultado da Atividade		(4.275)	3.965
Equivalência patrimonial			
Resultado Financeiro		(465)	(132)
Despesas financeiras		(874)	(257)
Receitas financeiras		409	125
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		(4.740)	3.833
Despesas com imposto sobre lucro		(926)	(768)
Operações descontinuadas			
Resultado líquido do exercício		(5.666)	3.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
CNPJ: 19.438.891/0001-90
Demonstração dos resultados abrangentes dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.666)	3.065
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>(5.666)</u>	<u>3.065</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
CNPJ: 19.438.891/0001-90
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	54.870	(7.856)	73.465	120.479
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	-	(47.955)	(47.955)
Integração de capital social	73.455	-	-	73.455
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	3.065	-	3.065
Saldos em 31 de dezembro de 2018	128.325	(4.791)	25.510	149.043
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	-	81.000	81.000
Aumento de capital	25.500	-	(25.500)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(5.666)	-	(5.666)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	153.825	(10.457)	81.010	224.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
CNPJ: 19.438.891/0001-90
Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	(5.666)	3.065
Despesas (Receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa	12.045	
Depreciação e Amortização	2.777	2.566
Provisão de ajuste ao valor realizável ativo imobilizado	9.268	-
Perda/(ganho) na baixa de ativos, imobilizado e intangíveis	-	-
	6.379	
Redução (Aumento) de ativos		
Concessionárias e permissionárias	(539)	(883)
Estoque	424	-
Impostos a recuperar	(1)	273
Despesas antecipadas	62	(457)
Outros ativos	(5)	1
	(59)	(1.066)
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(20.569)	19.004
Obrigações tributárias	72	515
Obrigações trabalhistas e sociais	-	4
Encargos setoriais	54	51
Outras obrigações	(574)	629
	(20.990)	20.203
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(14.670)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(43.867)	(46.867)
Aquisição de intangíveis	(1.563)	(2.326)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(45.430)	(49.193)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingresso de capital	25.500	73.454
Adiantamento para futuro aumento de capital	55.500	(47.954)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	81.000	25.500
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.900	(1.490)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.273	2.763
No fim do exercício	22.173	1.273
	20.900	(1.490)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE (a “FOTE” ou a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2013 e está estabelecida na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Sala Y – Pantanal – 88040-901 – Florianópolis, SC.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Contrato de concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 07/2014 - ANEEL, datado de 29 de janeiro de 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 230/138 kV Santa Maria 3 – 2 x 83 MVA (novo pátio);
- SE 230/138 kV Pinhalzinho – 3 x 150 MVA;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambara, 205 km, C2;
- LT 230 kV Pinhalzinho - Foz do Chapecó, 40 km, C1;
- LT 230 kV Pinhalzinho - Foz do Chapecó, 40 km, C2.

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 48 meses da SE Pinhalzinho e LT Pinhalzinho C2 e 30 meses para as demais instalações, após a assinatura do contrato.

A Subestação 230/138kV Santa Maria 3, entrou em operação comercial no dia 19/05/2016 e a LT 230 kV Foz do Chapecó – Pinhalzinho 2 C1 entrou em operação no dia 28/02/2018, já a LT 230 kV Foz do Chapecó – Pinhalzinho 2 C2 recebeu a LI do Ibama em 17/12/2019, com previsão de início das atividades para construção da Linha de Transmissão a partir de 01/2020 com previsão para emissão da LO – Licença de operação em 10/08/2020, e a LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambara entrou em operação comercial em 03/12/2019.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 16.286, que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e será devida a partir do início da operação comercial. Em 25/06/2019, foi estabelecida, através da resolução homologatória nº 2.565, a nova RAP da Companhia em R\$ 22.767, líquida de PIS e COFINS. Em 2019 ocorreu a revisão tarifaria, assim, a receita anual revisada estabelecia foi de R\$ 22.824 índice de reposição de 4,57%, conforme resolução homologatória N° 2.635 05 de novembro de 2019.

A Companhia através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do dia 30/09/2019 deliberou o aumento do capital autorizado para R\$ 258.000 além disso, ocorreu a também a deliberação da integralização do capital social em R\$ 25.500 provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), vide nota 11.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

1.2 Efeitos COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado o fato que vários casos de contágio e disseminação da doença vem se espalhando por vários países ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização, até 30 de junho de 2020, de algumas obrigações do contrato de concessão.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 12 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram autorizadas pela administração em 06 de Julho de 2020.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2018. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

- a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bens numerário	10	7
Aplicações financeiras de liquidez imediata	22.163	1.266
	<u>22.173</u>	<u>1.273</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e aplicações financeiras de curto prazo e longo prazo. São operações de liquidez diária, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.760	1.221
	<u>1.760</u>	<u>1.221</u>

Valores referentes ao faturamento da “Receita Anual Permitida” (RAP) e “Demais Instalações de Transmissão” (DITs), da parte que entrou em operação comercial e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia.

Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

DESCR IÇÃO	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				31/12/2019	31/12/2018
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Fornecimento de Energia								
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.760	-	-	-	-	-	1.760	1.221
TOTAL	1.760	-	-	-	-	-	1.760	1.221

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (valores expressos em milhares de reais)

6. Imobilizado e Intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas= (A)+(B)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Transmissão	83.027	9	-	83.036	-	(6.715)	76.321	79.088
Terrenos	1.475	-	-	1.475	-	-	1.475	1.475
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	9.016	-	-	9.016	-	(1.485)	7.531	8.075
Máquinas e Equipamentos	72.449	-	-	72.449	-	(5.225)	67.224	69.453
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	87	-	-	87	-	(5)	82	85
Administração	-	9	-	9	-	-	9	-
Máquinas e equipamentos	-	9	-	9	-	-	9	-
Subtotal	83.027	9	-	83.036	-	(6.715)	76.321	79.088
Ativo Imobilizado em Curso	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas= (A)+(B)	Depreciação Acumulada	31/12/2019	31/12/2018
Transmissão	82.881	60.580	(16.722)	126.739	43.858	-	126.739	82.881
Máquinas e Equipamentos	69.381	54.866	(753)	123.494	54.113	-	123.494	69.381
Terrenos	2	-	-	2	-	-	2	2
A ratear	1.067	444	(33)	1.478	411	-	1.478	1.067
Adiantamento a Fornecedor	12.431	5.270	(15.936)	1.765	(10.666)	-	1.765	12.431
Subtotal	82.881	60.580	(16.722)	126.739	43.858	-	126.739	82.881
Total do Ativo Imobilizado	165.908	60.589	(16.722)	209.775	43.858	(6.715)	203.060	161.969

A Taxa média de depreciação é de 3,74%

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (valores expressos em milhares de reais)

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Curso	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas= (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Transmissão	4.508	2.459	(902)	6.065	1.557	-	6.065	4.508
Servidões	1.520	516	-	2.036	516	-	2.036	1.520
Adiantamento a Fornecedores	2.370	1.778	(902)	3.246	876	-	3.246	2.370
Depósitos Judiciais	618	165	-	783	165	-	783	618
Administração	-	6	-	6	6	(1)	5	-
Softwares	-	6	-	6	6	(1)	5	-
Subtotal	4.508	2.465	(902)	6.071	1.563	(1)	6.069	4.508
Ativo Intangível em Serviço	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas= (A)+(B)	Amortização Acumulada	31/12/2019	31/12/2018
Transmissão	2.065	-	-	2.065	-	-	2.065	2.065
Servidões	2.065	-	-	2.065	-	-	2.065	2.065
Subtotal	2.065	-	-	2.065	-	-	2.065	2.065
Total do Ativo Intangível	6.573	2.465	(902)	8.135	1.563	-	8.135	6.573

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

A composição das adições do imobilizado em curso no exercício é como segue:

	Máquina Equipamentos	Serviços de terceiros	Outros gastos	Total
Em Curso				
Terrenos	-	-	2	2
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	123.494	-	-	123.494
Móveis e utensílios	-	-	-	-
A ratear	-	1.478	-	1.478
Desenvolvimento de projetos	-	-	-	-
Transformação, fabricação e reparo de	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-
Material em depósito	-	-	-	-
Compras em andamento	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	1.765	1.765
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	123.494	1.478	1.767	126.739

Provisão para redução valor recuperável:

A companhia em 31 de dezembro de 2019, realizou avaliação do seu imobilizado e intangível e foi identificado o valor de impairment de R\$ 9.268, determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Principais Premissas adotadas:

Descrição	
Taxa de desconto para o fluxo de caixa	5,82%
Preço da receita anual permitida projetada	De acordo com a resolução homologatória emitida pela ANEEL
PIS e Cofins	3,65 % sobre a receita bruta
Pesquisa e desenvolvimento	1% da ROL
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoa, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade geradora de Caixa (UGC)
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações

7. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais	2	17.477
Serviços	686	3.029
Outros	-	751
	688	21.257

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

O saldo de fornecedores é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissões. Os valores são reconhecidos quando ocorrem as respectivas medições e aceites de cada fase da obra, obedecendo ao cronograma físico/econômico, determinando em contrato com o empreiteiro.

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 30/09/2019, aonde deliberou a integralização do capital social em R\$ 25.500 provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), sendo assim, o capital social passou a ser de R\$ 153.825, além disso, ocorreu também a aprovação do aumento do capital autorizado para R\$ 258.000

	Quantidade de ações	% do Capital Social
Eletrósul Centrais Elétricas S.A.	78.451	51%
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	75.374	49%
Total	153.825	100%

b) Recursos para aumento de capital

A Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 30/09/2019, aonde deliberou a integralização do capital social em R\$ 25.500 provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), permanecendo um saldo de AFAC no montante de R\$ 66.010, sendo que não há previsão da devolução dos valores aportados pelas acionistas. O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital está composto por valores recebidos dos acionistas como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Eletrósul Centrais Elétricas S.A.	41.315	13.010
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	39.695	12.500
Total	81.010	25.510

9. Pessoal e administradores

A remuneração do pessoal chave da administração, que contempla a diretoria e conselho, durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$ 1.029 (R\$ 1.085 em 31 de dezembro de 2018).

10. Receita

	31/12/2019	31/12/2018
Receita pela disponibilidade de rede elétrica	13.282	10.974
(-) Deduções	(1.363)	(1.117)
Receita Operacional Líquida	11.919	9.857

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

11. Despesas por natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Despesa por função		
Provisão para redução valor recuperavel	(9.268)	-
Custo de O & M	(4.773)	(3.355)
Despesas administrativas	(2.153)	(2.537)
Total	(16.194)	(5.892)
Despesa por Natureza		
Provisão para redução valor recuperavel	(9.268)	-
Indisponibilidade de equipamentos	(361)	(333)
Depreciação	(2.777)	(2.566)
Manutenção	(1.003)	(166)
Vigilância	(178)	(166)
Ambiental	(273)	-
Seguros	(183)	(101)
Pessoal	(1.029)	(1.085)
Serviço de terceiros	(1.014)	(1.335)
Tributos	(18)	(26)
Aluguéis	(56)	(70)
Outros	(34)	(44)
Total	(16.194)	(5.892)

12. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no manual de contabilidade do setor elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A composição das diferenças entre as demonstrações contábeis societárias para as demonstrações contábeis regulatórias, do período findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados a seguir:

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota de ajuste	2019			2018		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Ativo							
Ativo Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		22.173	-	22.173	1.273	-	1.273
Concessionárias e permissionárias		1.760	-	1.760	1.221	-	1.221
Estoque		4	-	4	428	-	428
Tributos Compensáveis		2	-	2	1	-	1
Despesas Pagas Antecipadamente		402	-	402	464	-	464
Ativo contratual	(a)	-	(2.476)	2.476	-	(12.272)	12.272
Outros		5	-	5	-	-	-
		24.346	(2.476)	26.822	3.387	(12.272)	15.659
Ativo não circulante							
Ativo Contratual - Amortizável Rap	(a)	-	(144.686)	144.686	-	121.000	121.000
Ativo Contratual - Indenizável	(a)	-	(928)	928	-	928	928
Tributos diferidos	(c)	-	-	-	-	(13.819)	13.819
Imobilizado	(b)	203.060	203.052	8	161.969	161.969	-
Intangível	(b)	8.135	8.129	6	6.573	6.573	-
Provisão para redução valor recuperável	(b)	(9.268)	(9.268)	-	-	-	-
		201.927	56.299	145.628	168.542	32.795	135.747
Total do Ativo não circulante							
		226.273	53.823	172.450	171.929	20.523	151.406
Total do Ativo							
		226.273	53.823	172.450	171.929	20.523	151.406
Passivo							
Passivo Circulante							
Fornecedores		688	-	688	21.257	-	21.257
Obrigações sociais e trabalhista		100	-	100	100	-	100
Tributos		890	-	890	818	-	818
Encargos setoriais		134	-	134	80	-	80
Outros passivos Circulante		83	-	83	630	-	631
		1.895	-	1.895	22.885	-	22.886
Patrimônio Líquido							
Capital Social		153.825	-	153.825	128.325	-	128.325
Reservas de Lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		81.010	-	81.010	25.510	-	25.510
Lucros ou Prejuízos acumulados	(d)	(10.457)	53.823	(64.280)	(4.791)	20.524	(25.315)
Total do Patrimônio Líquido		224.378	53.823	170.555	149.044	20.523	128.520
Total do Passivo e Patrimônio líquido		226.273	53.823	172.450	171.929	20.523	151.406

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota de ajuste	2019			2018		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Receita / Ingresso	(e)	13.282	(13.890)	27.172	10.974	(23.328)	34.302
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		13.282	13.282	-	10.974	10.974	-
Receita de serviços de O & M		-	(5.522)	5.522	-	(4.438)	4.438
Receitas com a ativo financeiro		-	-	-	-	-	-
Receita de Construção		-	(13.460)	13.460	-	(21.676)	21.676
Receita com ativo contratual		-	(8.190)	8.190	-	(8.188)	8.188
Tributos		(1.198)	-	(1.198)	(985)	-	(985)
PIS-PASEP		(214)	-	(214)	(176)	-	(176)
Confins		(984)	-	(984)	(809)	-	(809)
Encargos - Parcela "A"		(165)	-	(165)	(132)	-	(132)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(115)	-	(115)	(95)	-	(95)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia		(50)	-	(50)	(37)	-	(37)
Receita líquida / Ingresso líquido		11.919	(13.890)	25.809	9.857	(23.328)	33.185
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		-	45.414	(45.414)	-	49.220	(49.220)
Custo operacional e manutenção	(f)	(14.041)	(12.045)	(1.996)	(3.355)	(2.565)	(790)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		(2.122)	19.479	(21.601)	6.502	23.327	(16.825)
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(2.153)	-	(2.153)	(2.537)	(1)	(2.536)
Pessoal e administradores		(1.029)	-	(1.029)	(1.085)	-	(1.085)
Serviços de terceiros		(1.106)	-	(1.106)	(1.356)	-	(1.356)
Outros		-	-	-	(70)	(1)	(69)
Tributos		(18)	-	(18)	(26)	-	(26)
Resultado da Atividade		(4.275)	19.479	(23.754)	3.965	23.326	(19.361)
Resultado Financeiro		(465)	-	(465)	(132)	-	(132)
Despesas financeiras		(874)	-	(874)	(257)	-	(257)
Receitas financeiras		409	-	409	125	-	125
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		(4.740)	19.479	(24.219)	3.833	23.326	(19.493)
Despesa com impostos sobre os lucros	(c)	(926)	13.820	(14.746)	(768)	(12.677)	11.909
Resultado líquido do exercício		(5.666)	33.299	(38.965)	3.065	10.649	(7.584)

(a) Ativo Contratual de concessão:

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

A Companhia classificou seu ativo de concessão como ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) atualizado pela taxa que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

(b) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste 24.1. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

Devido ao reconhecimento dos ativos de contratuais, conforme CPC 47, os bens considerados imobilizados e intangíveis não são registrados na Contabilidade Societária, no caso de contrato de concessão. Para os imobilizado e intangíveis é feito o estorno na contabilidade societária.

c) Impostos diferidos

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

	31/12/2019
Saldo fim do exercício societário:	170.555
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade Societária versus regulatória	-
Reserva legal	-
Lucro/ Prejuízo acumulado	53.823
Saldo no fim do exercício Regulatório	<u><u>224.378</u></u>

e) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

f) Custo de construção

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção que corresponde aos valores imobilizados em curso.

14. Eventos Subsequentes

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os seguros contratados pela Companhia em garantia de suas obrigações com terceiros são:

Apólice nº 066532018000107750004728. Seguro da modalidade garantia, emitido em favor da ANEEL, no valor de R\$ 11.100, com vigência a partir das 24hs do dia 03 de dezembro de 2019 até às 24hs do dia 03 de outubro de 2020.

A Companhia mantém também, cobertura de seguro de compreensivo empresarial risco operacionais da Fator Seguradora S.A, sendo que, o objetivo do seguro são as subestações de energia.

Apólice nº 1001800000063 Seguro de risco operacional, no valor de R\$ 37.677 com vigência a partir das 24hs do dia 07 de maio de 2019 até às 24hs do dia 07 de maio de 2020.

A companhia contratou em 02 de abril de 2019, o seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O), apólice nº100.10.00001703, limite máxima da garantia R\$10.000 com vigência a partir das 24hs de 19 de março de 2019 até às 24hs do dia 19 de março de 2020.

Apólice nº 48930020020304885401 referente seguro de roubo ou furto qualificado e quebra accidental de notebook R\$ 5 com vigência a partir das 24hs de 17 de setembro de 2019 até às 24hs do dia 16 de setembro de 2020.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

15. Eventos Subsequentes

Conforme Decreto Estadual número 515 de 17/03/2020, a Companhia paralisou as obras por 7 dias, retomando as atividades das obras em 25/03/2020 liberada pela portaria GAB/SES 191/2020. Devido ao atual cenário, os fornecedores responsáveis pela execução da obra, estão com dificuldade na contratação de mão de obra e fornecimento de material e insumos, com algumas fábricas de materiais com produção em somente 50% de pessoal e capacidade produtiva, fornecedores de insumos com pessoal em 50% ou menos, sendo que estes fatores estão refletindo negativamente a evolução da obra.

A companhia realizou em 03/06/2020 uma Reunião do Conselho Administrativo, com pauta de encaminhar

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

para Assembleia Geral a deliberação quanto a integralização dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$ 81.010, que fará o capital social integralizado passar de R\$ 153.825 para R\$ 234.835. A Assembleia Geral Extraordinária está prevista para ocorrer no dia 30/06/2020.

Florianópolis, 06 de julho de 2020

DIRETORIA EXECUTIVA

Wilson João Cignachi
Diretor Administrativo Financeiro

Marcos Romeu Benedetti
Diretor Técnico

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Luana Pacheco
Contadora CRC-SC: 043160/O-0